

2017

Relatório de Gestão

ITERPA

INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



Janeiro/2018



SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
Governador do Estado

JOSÉ DA CRUZ MARINHO
Vice-Governador

GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca



DANIEL NUNES LOPES
Presidente

CELSO ANTÔNIO TRIERWEILER
Assessor Chefe

JOSE CEZARIO ARIAS DE SOUZA
Chefe de Gabinete

CRISTINA MAGRIN MADALENA
Diretora Jurídica

SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY
Diretora de Administração e Finanças

WILLIAMS E SILVA FERNANDES
Diretor de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário



INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Belém-PA
Janeiro / 2018

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão objetiva fornecer informações sobre os programas, as ações e atividades executadas pelo ITERPA, tomando como base o Plano de Trabalho/2017, devidamente articulado com os objetivos estratégicos de Governo, o Plano Plurianual do Estado de 2016 a 2019 e do Programa Pará 2030.

Vale destacar na meta estabelecida de modernização do Instituto a construção e implantação das novas instalações da sede própria do ITERPA, localizada na rodovia Augusto Montenegro, cujo prédio atende as necessidades dos serviços com a utilização de tecnologias que o processo de regularização fundiária exige.

Com o mesmo objetivo de agilizar a regularização fundiária no Estado, foi concluído o módulo Banco de Dados do SICARF- Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará, e iniciado o desenvolvimento dos demais módulos para atender as diversas modalidades de regularização fundiária.

No Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, as metas estabelecidas na Ação Regularização Fundiária foram superadas, como a arrecadação e incorporação de 1.149.541 hectares ao patrimônio do Estado; a emissão/entrega de títulos de terra e regularização de famílias em duas áreas de assentamentos estaduais e núcleos urbanos que totalizou 2.603 documentos de terra. Foram também, vistoriadas e realizadas ações de fiscalização e georreferenciamento em 155.082 hectares para fins de regularização fundiária onerosa e não onerosa, além de 24 Relatórios de Análise de Documentos e laudos para constatar a falsidade ou validade de títulos definitivos e documentos supostamente emitidos pelo Estado.

Em complemento às novas instalações e com vistas a melhor atender a demanda de serviços existentes e possibilitar a disponibilização de novos, a

infraestrutura de Tecnologia da Informação recebeu investimentos, que viabilizaram a implantação de fibra óptica na sede do ITERPA, além da aquisição de novos equipamentos de informática e de investimento em recursos humanos.

As áreas jurídica e administrativa prestaram suporte necessário para a realização das atividades, enquanto o trabalho da Ouvidoria Agrária foi fundamental para os atendimentos individualizados e coletivos, objetivando ordenar os seus respectivos interesses.

Objetivando continuar avançando no processo de regularização fundiária no Estado, a direção do ITERPA tem como diretriz investir em novas tecnologias com a conclusão do SICARF, a terceirização e descentralização dos serviços, assim como na ampliação do diálogo e das parcerias com o setor público e com a sociedade em geral, assegurando a satisfação dos que precisam acessar os serviços do órgão, a fim de dar mais agilidade às demandas do setor.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	4 - 5
	SIGLAS	7 - 8
	I PARTE	
1	A INSTITUIÇÃO	10
2	MISSÃO	10
3	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	11 - 12
4	GESTÃO ESTRATÉGICA	13 - 38
4.1	PLANO PLURIANUAL – PPA 2016/2019	13 - 29
4.2	ATUAÇÃO DA DIRETORIA JURÍDICA	29
4.3	NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30 - 32
4.4	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	32 - 33
4.5	OUVIDORIA AGRÁRIA	33 - 36
4.6	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO	37 - 38
5	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	38 - 40
5.1	QUADRO DE PESSOAL	38 - 39
5.2	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	39 - 40
5.3	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	40
	II PARTE	
6	RECEITAS E DESPESAS	42 - 44
6.1	CUSTEIO – RECEITA – INVESTIMENTO	42 - 44

SIGLAS

CAF	Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária
CDI	Coordenadoria de Documentação e Informação
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEPAF	Comissão Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária
COF	Coordenadoria Financeira
CPAD	Comissão Permanente de Análise de Documentos
CPAT	Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas
DAF	Diretoria de Administração e Finanças
DEAF	Diretoria de Gestão do Desenvolvimento Agrário e Fundiário
DJ	Diretoria Jurídica
GAC	Gerência de Atendimento e Controle
GCQ	Gerência de Comunidades Quilombolas
GGP	Gerência de Gestão de Pessoas
GPA	Gerência de Projetos de Assentamentos
GPO	Gerência de Programação Orçamentária
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MRN	Mineração Rio do Norte
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OGE	Orçamento Geral do Estado
PEAEX	Projeto Estadual de Assentamentos Agroextrativistas

PEAS	Projeto Estadual de Assentamentos Sustentáveis
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PMV	Programa Municípios Verdes
PPA	Plano Plurianual
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEDOP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

ITERPA

INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



I PARTE

1. A INSTITUIÇÃO

O Instituto de Terras do Estado do Pará - **ITERPA** foi criado em 08 de outubro de 1975, por meio da Lei nº 4.584, como uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com a responsabilidade pela execução da política agrária do Pará. A nova autarquia substituiu a Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado, estrutura vigente à época, e que além de simbolizar um importante marco institucional na história da gestão pública estadual do território paraense, sua missão principal era a de “ser executor da política agrária do Estado em tudo quanto se referir às suas terras públicas e devolutas”.

A missão institucional e demais atribuições do Instituto estão definidas na Lei nº 4.584, de 08.10.1975, os cargos de provimento efetivo e em comissão e respectivas atribuições e requisitos de preenchimento na Lei nº 6.834, de 13.02.2006, assim como a regulamentação geral por meio do Decreto nº 063, de 14.03.2007.

2. MISSÃO

Executar a política do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras públicas, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I- Representar o Estado, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, nos estudos, órgãos, atos, processos e convênios que visarem a:

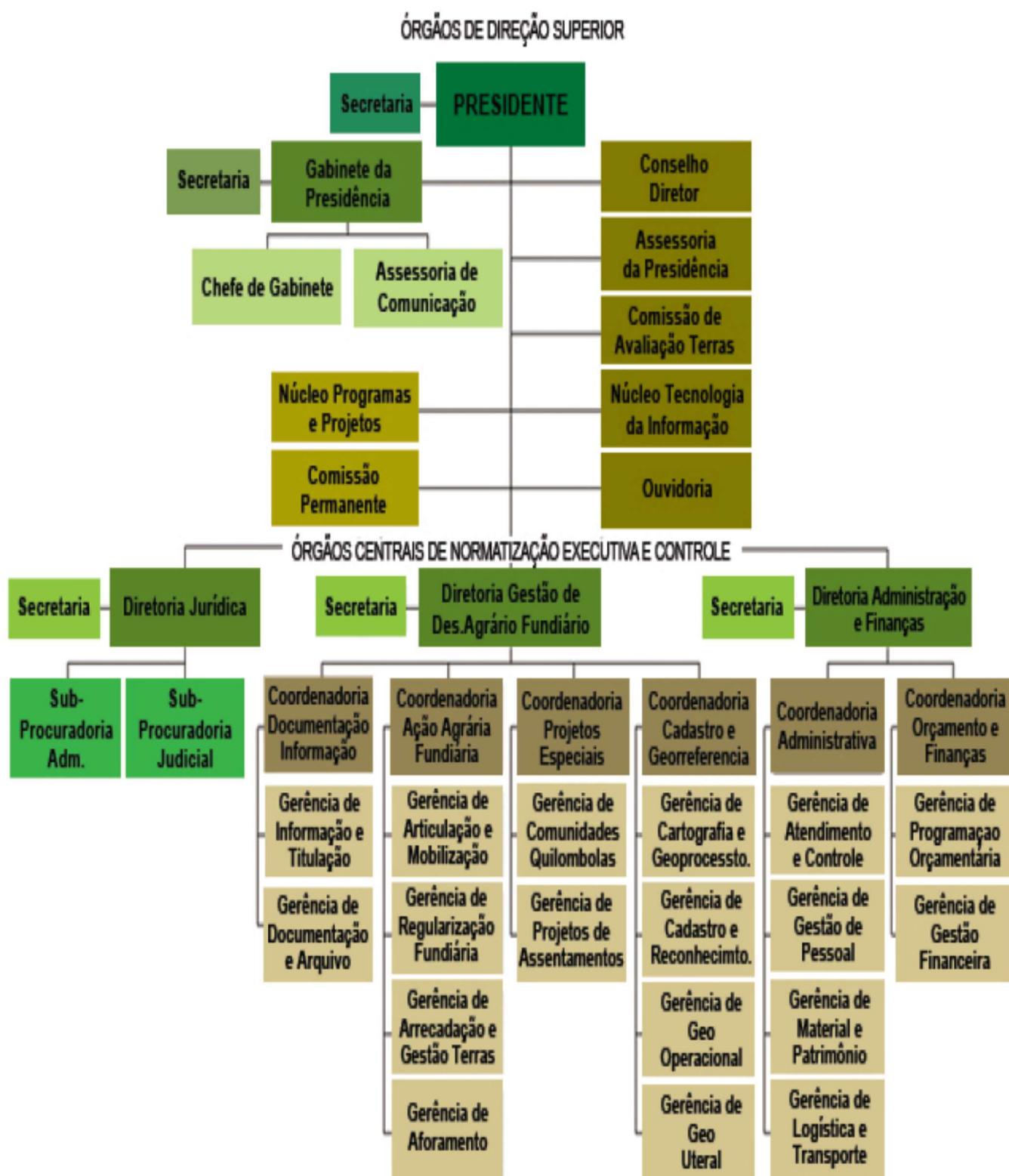
- a) precisar, retificar, aviventar e demarcar os limites estaduais ou municipais;
- b) definir as áreas dominiais que, dentro do território do Estado, constituam patrimônio dele ou quaisquer outras entidades de direito público;
- c) extremar o domínio público do particular;
- d) regularizar, obter, reduzir, aumentar, ou cancelar a posse ou a propriedade pública ou privada das terras que sejam, tenham sido ou venham a ser consideradas devolutas;
- e) introduzir quaisquer modificações no sistema legal relativo aos problemas fundiários, bem assim na estrutura e funcionamento das entidades e serviços com eles relacionados;

- II- Administrar as terras devolutas do Estado, preservando-as contra invasões, e danificações de qualquer natureza e recuperando aquelas que indevidamente não se encontrarem na sua posse ou domínio;
- III- Manter um serviço atualizado de cartografia e mapoteca do território estadual;
- IV- Organizar o cadastro rural do Estado, eliminando ou prevenindo os problemas de localização, superposição e excesso de áreas que sejam ou tenham sido devolutas;
- V- Fixar quais áreas que podem ser alienadas quer em regime de licitação, quer em regime de requerimento, bem assim aquelas que devam ser reservadas para algum fim especial ou excluídas de alienação, quando esta não convier aos interesses do Estado;
- VI- Transferir a propriedade do solo como meio de promover o desenvolvimento agrário, conciliando o interesse público e a justiça social com o estímulo devido aos investimentos idôneos;
- VII- Respeitar as posses legítimas, oferecendo aos seus ocupantes todas as oportunidades para exercerem o direito que lhes assegura a Constituição do País;
- VIII- Combater a especulação agrária e a depredação florestal;
- IX- Aferir a medição, localização, documentação e aproveitamento econômico das áreas objeto de alienação, prevenindo litígios e conferindo à titulação clareza, exatidão e segurança.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, aprova o novo Regulamento Geral do ITERPA, considerando a necessidade de adequar a estrutura do Órgão aos procedimentos técnicos indispensáveis à implantação, execução e manutenção do Cadastro Fundiário Georreferenciado, nos moldes da Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, e do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, como referência básica do novo Modelo de Gestão Territorial do Estado.

ORGANOGRAMA



4. GESTÃO ESTRATÉGICA

O Instituto de Terras do Pará - ITERPA tem como diretriz “**Promover a produção sustentável**”, através de ações voltadas ao Ordenamento Territorial e à Regularização Fundiária e como **objetivo estratégico “Construir um novo modo regulatório de posse e uso dos recursos naturais”** devendo, para tanto, promover a arrecadação de áreas públicas e o acesso seguro ao direito à propriedade, como forma de apoiar a inclusão social e o desenvolvimento de atividades produtivas, em bases sustentáveis, e efetivar a governabilidade sobre o patrimônio fundiário estadual.

4.1. PLANO PLURIANUAL – PPA 2016/2019

O ITERPA participa em 03 Programas do Plano Plurianual (PPA) para o período 2016-2019:

1. Manutenção da Gestão;
2. Governança para Resultados e;
3. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial.

1. PROGRAMA: Manutenção da Gestão

AÇÃO 1: Abastecimento de unidades móveis

PRODUTO: Unidade abastecida

As despesas com combustível importaram em R\$ 172.143,33.

AÇÃO 2: Operacionalização das ações administrativas

PRODUTO: Contratos mantidos

Constou de despesas com locação predial; vigilância; limpeza e conservação; utilidade pública; material de consumo; aluguel de veículos; serviços prestados por pessoa jurídica, dentre outros, totalizando R\$ 3.548.778,76.

2. PROGRAMA: GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

PROJETO: Fortalecimento e Modernização Institucional do ITERPA

AÇÃO 1: Construção e conservação de imóveis públicos estaduais

PRODUTO: Nova sede



No exercício de 2017 foram implantadas as novas instalações do Instituto de Terras do Pará, à Avenida Augusto Montenegro, KM 9, em Belém. A obra faz parte do Projeto de Fortalecimento e Modernização do ITERPA e integra o Programa Pará 2030, plano estratégico de desenvolvimento sustentável

coordenado pelo Governo do Pará.

O Estado repassou ao ITERPA o prédio onde funcionava a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). A área total da nova sede é de 9,2 mil metros quadrados.

Para viabilizar a obra, o ITERPA repassou à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP) R\$ 9,7 milhões a fim de efetivar a reforma e adaptação do local. Três blocos foram ampliados e reformados e, um novo, de três andares, foi totalmente construído para abrigar o arquivo fundiário e a Diretoria de Gestão do Desenvolvimento Agrário e Fundiário(DEAF).

Outros investimentos foram realizados na aquisição de móveis, material permanente e equipamentos de informática, além de softwares para a implantação do Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (SICARF), de base digital, que vem sendo construído pelo órgão para agilizar o processo de regularização fundiária no Estado, totalizando um investimento da ordem de R\$ 11,7 milhões.



10/11/2017 – Inauguração da sede do ITERPA e assinatura do Decreto de criação dos PEAEXs Acangatá (485 famílias) em Portel e Cataiandeuá em Abaetetuba (105 famílias)

AÇÃO 2: Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará

O SICARF- Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará, tem o objetivo de agilizar os procedimentos de regularização fundiária no Estado. O novo sistema substituirá a atual metodologia utilizada pelo ITERPA, sobretudo no que se refere ao cadastramento de dados dos ocupantes de terras públicas estaduais para agilizar o processo de regularização fundiária.

A versão final do módulo de Banco de Dados do Sistema foi implantado nos equipamentos/servidores do ITERPA e realizada a apresentação e treinamentos dos técnicos do órgão visando a operacionalização e utilização pelos usuários em geral. A próxima fase em implantação consta da elaboração dos módulos análise, monitoramento e transparência.

O SICARF consta como uma das prioridades do Instituto, sendo mais um passo em direção a modernização do ITERPA e caminha em consonância com o Programa Pará 2030, plano estratégico de desenvolvimento sustentável coordenado pelo Governo do Pará.

PRODUTO: Módulo Banco de Dados concluído

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 1: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Arrecadação e matrícula de terras devolutas sob jurisdição estadual

PRODUTO:

- *Arrecadação e incorporação de 1.149.541 hectares ao patrimônio do Estado.*

Quadro 01: Arrecadação e matrícula de terras devolutas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	ÁREA (Ha)
Baixo Amazonas	Prainha	Gleba Maracú	117.728,2668
Guajará	Benevides	Sítio Quinta das Palmeiras	12,6327
		Sítio Bom Sossego	5,6651
		Gleba Coreinha	112,5912
		Sítio Vitoria da Conquista	5,4073
	Santa Bárbara do Pará	Sítio do Carmo	13,2930
		Sítio Puçanga	55,5947
		S/denominação	5,1707
Gleba Candeuca	414,5208		
Rio Araguaia	São Félix do Xingu	Rio Negro	387.253,2090
Rio Caeté	Capanema	Sítio Santo Antônio	57,6894
		Gleba Capanema II	1.478,1513
	Bonito/São Miguel do Guamá/Capanema/Tracuateua	Gleba Rio Caeté-Parte 1, Parte 2, Parte 3 e Parte 4	71.868,3199
	Peixe Boi	Sem Denominação	59,5309
Rio Capim	Aurora do Pará	Fazenda Madrugada I	255,3498
		Fazenda Madrugada II	338,7292
	IPIXUNA DO PARÁ	Gleba Campos	57.487,8939
		Gleba Tracajá	74.051,2887
	Paragominas	Fazenda Chapada Grande	968,8986
		Gleba Novo Horizonte	4.030,9754
		Gleba Amaraji	12.071,1141
	Rondon do Pará	Gleba Rio Guarani Parte A	8.914,2525
		Gleba Rio Guarani Parte B	1.697,6993
	Ulianópolis	Campinho – Parte A	3.023,2571
		Campinho-Parte B	4.208,1842
	Tomé Açú	Gleba Tucumandeuca	61.947,2677
Gleba Binteua		72.675,7112	
Rio Guamá	Curuçá	Sítio Cabral	28,6946
		Sítio Mário Lima	28,6607
	Maracanã	Sítio São Francisco	50,3408
		Sítio São Francisco II	9,2051

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	ÁREA(Ha)
Rio Guamá	Marapanim	Sítio São Francisco II	15,5127
		Chácara dos Anjos	140,2158
	São Caetano de Odivelas	Lote Santo Expedito	7,5730
		Gleba Rio Barreto	4.127,3566
	São Francisco do Pará	Gleba Tendal	9.657,2858
	Santa Izabel do Pará	Gleba Caraparú	14.515,2209
	Vigia	Gleba Guajará Mirim	2.431,5096
Rio Tocantins	Acará	Fazenda Curuperé	138,9676
	Baião	Gleba Tambuí Açú 2	9.413,9749
	Barcarena	Sítio Manancial	1,2464
		Igarapé Macanjuba	12.763,6708
	Moju	Mojú III Parte C	84.312,6332
		Fazenda Curuperé	79,2496
		Fazenda Curuperé	10,3093
		Gleba Mamorana-Parte B	10.026,5885
		Gleba Mamorana-Parte D	50.220,4919
		Tailândia	Gleba Rio Aiú-Açú-Parte A
Lago Tucuruí	Goianésia do Pará	Fazenda Penha	250,7342
		Gleba Jotuba	33.363,3991
		Gleba Rio Dourado	13.339,3120
	Breu Branco	Gleba Mamorana-Parte A	8.399,9701
		Gleba Mamorana C	5.660,6338
TOTAL			1.149.635,4977

Fonte: DEAF/CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 2: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Regularização de áreas patrimoniais

PRODUTO:

- *Emissão de 02 títulos de áreas urbanas patrimoniais da sede municipal de Dom Eliseu, na Vila Flor do Ipê; e de São Félix do Xingu com mais de 2.500 hectares, beneficiando 776 de famílias.*

Quadro 2: Títulos de áreas patrimoniais

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	ÁREA (HA)
Araguaia	São Félix do Xingu	2.420,8375
Rio Capim	Dom Eliseu	88,1890
TOTAL		2.509,0265

Fonte: DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

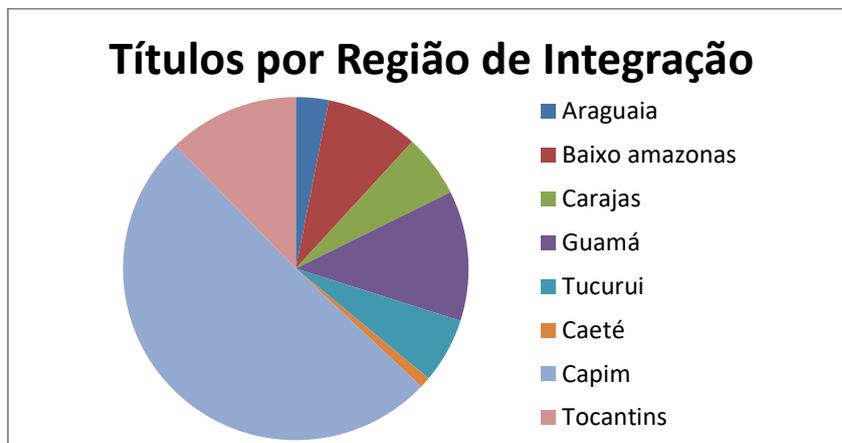
3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 3: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Regularização de áreas rurais

PRODUTO:

- *Emissão/Entrega de 697 Títulos Definitivos, abrangendo uma área de 58.481,0188 hectares e beneficiando agricultores de 9 Regiões de Integração, conforme demonstrado no Quadro 03.*



Quadro 3: Títulos individuais expedidos/entregues por Município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)
Baixo Amazonas	Almeirim	13
	Prainha	26
Rio Caeté	Capanema	01
	Peixe-Boi	02
	São João de Pirabas	02

Carajás	Eldorado do Carajás	17
	Marabá	18
	Parauapebas	07
Rio Capim	Abel Figueiredo	32
	Aurora do Pará	05
	Bujaru	86
	Dom Eliseu	29
	Ipixuna do Pará	05
	Paragominas	61
	Rondon do Pará	170
	Ulianópolis	04
	Tomé Açu	02
Guajará	Benevides	01
Rio Guamá	Castanhal	13
	Igarapé Açu	33
	Inhangapi	02
	Marapanim	01
	Santa Izabel do Pará	01
	Santo Antônio do Tauá	28
	São Caetano de Odivelas	03
	Terra Alta	01
Lago Tucuruí	Goianésia do Pará	26
Rio Araguaia	Redenção	01
	São Félix do Xingu	31
Rio Tocantins	Abaetetuba	07
	Acará	02
	Barcarena	01
	Igarapé Miri	05
	Moju	60
	Tailândia	14
TOTAL		697

Fonte: DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 4: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Regularização Fundiária em Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis.

Visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

PRODUTO:

- *Foram entregues 290 concessões individuais com criação de 03 Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis, sendo 167 no PEAS Lourival Santana, em Eldorado dos Carajás, 50 no PEAS Bacabal Grande em Bom Jesus do Tocantins, e 73 no PEAS Deus é Fiel, no município de Rondon do Pará, beneficiando 290 famílias, conforme Quadro 4:*

Quadro 4: Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	ÁREA (HÁ)	FAMÍLIAS (Nº)
Carajás	Eldorado dos Carajás	Lourival Santana	2.014,9299	167
	Bom Jesus do Tocantins	Bacabal Grande	1.224,5358	50
Rio Capim	Rondon do Pará	Deus é Fiel		73
TOTAL			3.239,4657	290

Fonte: DEAF/GPA - Gerência de Projetos de Assentamentos

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 5: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Regularização Fundiária em Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas.

PRODUTO:

- Criação de **03 Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas**, sendo PEAEX Assimpex, com 51 famílias, no município de Portel; PEAEX Cataiandeua, com 105 famílias, no município de Abaetetuba; e PEAEX Acangatá, com 485 famílias, no município de Portel, **totalizando 641 famílias**, todas formadas por pequenos produtores rurais daquelas regiões.

Quadro 5: Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas – PEAEX

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	ÁREA (HÁ)	FAMÍLIAS (Nº)
Marajó	Portel	Assimpex	18.040,0098	51
	Portel	Acangatá	62.585,1277	485
Rio Tocantins	Abaetetuba	Cataiandeua		105
TOTAL			80.625,13754.2.	641

Fonte: DEAF/GPA – Gerência de Projetos de Assentamentos

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 6: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Regularização Fundiária de Comunidade Quilombola

Objetiva promover o reconhecimento de Comunidades Remanescentes de Quilombos.

PRODUTO:

- Emissão de **01 Título Coletivo** para a Comunidade Remanescente de Quilombos, da Ilha Grande do Cupijó, no município de Cametá, beneficiando **75 famílias**.

Quadro 6: Título Coletivo para Comunidade Remanescente de Quilombos

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS (Nº)
Rio Tocantins	Cametá	Ilha Grande do Cupijó	1.922,6471	75
TOTAL			1.922,6471	75

Fonte: DEAF/GCQ – Gerência de Comunidades Quilombolas

OUTRAS ATIVIDADES:

- Vistoria, levantamento socioeconômico e georreferenciamento da comunidade remanescente de quilombo Espírito Santo, no município de Acará com área de 273,1578 hectares e 23 famílias.
- A Gerência de Comunidades Quilombolas – GCQ/DEAF participou de diversas reuniões para contribuir junto ao Ministério Público do Estado – MPE, assim como a Organização das Comunidades Quilombolas MALUNGO, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS e Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Estado do Pará – IdeflorBio com vistas ao entendimento da política quilombola do Estado do Pará.

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 7: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Emissão de Certidões de Autenticidade e Localização

Objetiva certificar a autenticidade e localização de títulos de terras expedidos pelo Estado, a partir do georreferenciamento da área ocupada.

PRODUTO:

- *Foi realizada a certificação de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas com a **emissão de 39 certidões**, legitimando títulos expedidos e áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores, garantindo a execução segura dos empreendimentos produtivos de manejo florestal ou atividades agrícolas e pecuárias.*

Quadro 7: Emissão de Certidões de Autenticidade e Localização

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)	ÁREA (HA)
Metropolitana	Ananindeua	02	0,024
	Benevides	02	40,8707
Baixo Amazonas	Alenquer	01	431,375
Carajás	Parauapebas	01	49,7923
Lago Tucuruí	Goianésia do Pará	01	99,9997
Marajó	Anajás	01	1.829,90
Rio Araguaia	São Félix do Xingu	07	24.644,3708
	Conceição do Araguaia	01	1.477,4964
	Santana do Araguaia	01	4.356
Rio Capim	Paragominas	03	11.856,4143
	São Domingos do Capim	06	15.732,5747
	Rondon do Pará	01	50,3736
	Tomé Açu	01	20
Rio Guamá	Santa Izabel do Pará	03	160,5521
	São Francisco do Pará	01	
	Viseu	02	6048,9
Rio Tocantins	Abaetetuba	01	15,3199
	Acará	01	91,0969
	Mocajuba	01	24,4266
	Moju	02	8.762,0926
TOTAL		39	53.927,2555

Fonte: DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 8: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Termos de Permutas

Como forma de proceder a regularização fundiária do Projeto Trairão, o ITERPA vem realizando a permuta de áreas localizadas nos municípios de Santarém

(Gleba Nova Olinda), Juruti (Gleba Nova Olinda II), Prainha (Gleba Guajará) e Aveiro (Gleba Mamuru) com a celebração de contratos de compensação financeira.

PRODUTO:

- *Emissão de 51 Termos de Permutas, abrangendo área total de 43.285,1689 ha e celebrados 30 contratos de compensação financeira de permutas, correspondendo a 24.936,3375 hectares.*

Quadro 8: Termos de Permutas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)	ÁREAS
Baixo Amazonas	Juruti	03	Nova Olinda II
	Prainha	04	Guajará
	Santarém	10	Nova Olinda
Tapajós	Aveiro	34	Mamuru
	TOTAL	51	-

Fonte: DEAF

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 9: Regularização Fundiária

PRODUTO:

- *Foram identificados, vistoriados, georreferenciados e fiscalizados aproximadamente 155.082 hectares de áreas para regularização fundiária onerosa e não onerosa.*

Quadro 9: Identificações, Vistorias, Georreferenciamento e Fiscalização de Geo em áreas para Regularização Fundiária Onerosa e Não Onerosa

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS/QUANT (Nº)	AÇÃO	ÁREA (HA)
Baixo Amazonas	Oriximiná (01)	Fiscalização do georreferenciamento da área do Platô Aramã (Termo de Cooperação técnica com a MRN).	446,3805
Carajás	Marabá (01)	Georreferenciamento da área do 4º Batalhão Militar.	5,2061
Lago Tucuruí	Breu Banco (107)	Vistoria comunidades Bacaba e Mamorara. Fiscalização do georreferenciamento dos lotes licitados. Vistorias comunidade Mamorana.	6.420,000
Rio Caeté	Bragança (02)	Vistoria e fiscalização do Geo.	573,6986
	Capanema (04)	Vistoria e fiscalização do Geo e georreferenciamento da área patrimonial do município.	2.165,2333
	Peixe-Boi (01)	Vistoria e fiscalização do Geo.	107,5051
	Salinópolis (01)	Vistoria	8,2897
	Viseu (01)	Vistoria e fiscalização do Geo.	531,2747
Guajará	Benevides (01)	Vistoria e fiscalização do Geo.	0,3989
Marajó	Breves (01)	Georreferenciamento do complexo predial (saúde, assistência social e educação) na Vila Antônio Lemos.	0,5948
Rio Araguaia	São Félix do Xingu (58)	Vistorias e fiscalizações de Geo.	69.743,4616
Rio Capim	Bujaru (118)	Vistoria e fiscalização de lotes licitados.	3.900,00
	Ipixuna do Pará (02)	Vistoria e fiscalização do Geo.	2.395,4749
	Paragominas (02)	Vistoria e fiscalização do Geo.	823,4185
Rio Guamá	Castanhal (02)	Vistoria e georreferenciamento.	54,3035
	Colares (01)	Vistoria e fiscalização do Geo.	393,8775
	Curuçá (04)	Vistoria e georreferenciamento.	117,0430

	Igarapé-Açu (04)	Vistoria, georreferenciamento e fiscalização do Geo.	453,3837
	Inhangapi (01)	Vistoria e georreferenciamento.	52,000
	Maracanã (01)	Vistoria e georreferenciamento.	50,000
	Santa Izabel do Pará (01)	Vistoria e fiscalização do Geo.	105,4726
	Santo Antônio do Tauá	Identificação de uma comunidade com GPS de navegação.	134,9891
		Vistoria de 88 lotes licitados.	1.760,0000
		Vistoria e georreferenciamento de 18 lotes.	450,0002
	S. Miguel do Guamá	Identificação de área e cadastro	13.269,4766
Rio Tocantins	Moju (02)	Vistoria, identificação de área e fiscalização de georreferenciamento.	3.877,4915
	Acará	Vistoria e georreferenciamento.	92,4555
	Tailândia	Vistoria e georreferenciamento.	89,000
TOTAL			155.082,2113

Fonte: DEAF/CAF-Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 10: Regularização Fundiária

ATIVIDADE: Análise de Documentos

Essa atividade visa atestar a veracidade ou falsidade de títulos de terras expedidos pelo Estado, por meio da emissão de Relatório de Análise de Documentos (RAD), elaborado pela Comissão Permanente de Análise de Documentos – CPAD.

PRODUTO: Foram elaborados 24 RADs, sendo constatada a falsidade de 07 títulos definitivos e 17 títulos válidos.

3. PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

AÇÃO 11: Regularização Fundiária

OUTRAS ATIVIDADES:

Quadro 10: Visitas Técnicas e Reuniões

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	OBJETIVO	PERÍODO
Rio Tocantins	Acará / Moju	Mobilização das Prefeituras Municipais e comunidades para a implantação do CARF	28 a 30/03/2017
	Acará	Implantação do Projeto Piloto do CARF no município	17 a 20/04/2017
	Moju	Implantação do Piloto CARF no município	24 a 28/04/2017

Fonte: DEAF/CAF- Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

Quadro 11: Ação Judicial

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	OBJETIVO	PERÍODO
Rio Tocantins	Acará	Participação em audiência pública no Fórum da Comarca do Acará na ação de reintegração de posse do Sítio Paraíso. Autor José Maria Gonçalves Nunes Réus Associação Quilombola Paraíso e Maria de Jesus Mercês de Souza	10 a 11/07/2017

Fonte: DEAF/CAF- Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

PRODUTO: Participação em **01 audiência pública** em ação de reintegração de posse.

Quadro 12: Editais de Publicação das áreas objeto de Regularização Onerosa

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)	ÁREA (HA)
Baixo Amazonas	Monte Alegre	01	1.064,6638
Carajás	Marabá	03	2.047,1501
	Parauapebas	02	904,1902
Guajará	Benevides	01	5,3648
Lago Tucuruí	Breu Branco	01	531,3555

	Goianésia do Pará	12	17.732,6198
Rio Caeté	Bonito	01	43,6387
	Capanema	02	74,1431
	Tracuateua	01	32,2239
	Quatipuru	01	324,9204
	Salinópolis	03	305,6062
Rio Araguaia	São Félix do Xingu	17	19.833,7267
Rio Capim	Aurora do Pará	01	24,8930
	Bujaru	01	35,6840
	Dom Eliseu	01	576,2618
	Garrafão do Norte	01	143,2099
	Ipixuna do Pará	01	1.494,0996
	Ourém	01	245,5996
	Paragominas	08	7.809,2939
	Ulianópolis	01	409,5026
	Rondon do Pará	03	1.349,4131
Rio Guamá	Castanhal	03	319,2009
	Marapanim	01	24,4380
Rio Tocantins	Abaetetuba	03	244,2703
	Acará	02	194,9947
	Barcarena	02	63,4608
	Moju	04	3.563,5498
	Tailândia	03	5.233,3959
TOTAL		83	64.630,8708

Fonte: DEAF/CAF-Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

PRODUTO: Foram publicados **83 editais** com uma área correspondente de **64.630,8708 hectares** para regularização onerosa.

Quadro 13: Editais de Publicação das áreas objeto de Regularização de Permutas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)	ÁREA (HA)
Tapajós	Aveiro	25	38.757,4453
Baixo Amazonas	Juruti	03	4.694,7040
	Prainha	04	5.780,7133
	Santarém	11	16.451,5289
TOTAL		43	65.684,3915

Fonte: DEAF/CAF-Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

PRODUTO: Foram publicados **43 editais** correspondente a uma área de **65.684,3915 hectares** para regularização de permutas.

4.2. ATUAÇÃO DA DIRETORIA JURÍDICA

Durante o exercício de 2017, destacam-se as seguintes ações:

- a) Elaboração da Instrução Normativa ITERPA nº 01, de 05 de maio de 2017, publicada no DOE nº 33.371 de 11 de maio de 2017 que “Dispõe sobre o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual nº 7.289/09, Decreto Estadual nº 2.135/10, e torna sem efeito a Instrução Normativa nº 04/2010”.
- b) Tramitação de **4.811 processos**, sendo que foram elaborados **1.325 pareceres** pelos procuradores, Sub-Procuradoria de Processos Administrativos - SPA e Diretoria Jurídica - DJ.
- c) Expedição de **351 ofícios** ao Poder Judiciário, Ministério Público, INCRA, PGE e outros, com análise técnica e jurídica.
- d) Expedição de **155 ofícios** pela Presidência, oriundos da DJ, ao Poder Judiciário, Ministério Público, INCRA, PGE e outros, com análise técnica e jurídica.

4.3. NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI constitui um setor de serviços auxiliares de apoio administrativo e é formado por profissionais ligados à área de Tecnologia, Desenvolvimento de Software e Suporte ao Usuário.

4.3.1. Tecnologia, Infraestrutura e Recursos. Humanos

Visando melhor atender a demanda de serviços existentes e possibilitar a disponibilização de novos, a infraestrutura de TI recebeu investimentos, que viabilizaram a implantação de fibra óptica na sede do ITERPA. Foram adquiridos novos equipamentos para os usuários dessa instituição, que substituíram máquinas antigas utilizadas em diferentes unidades/setores do ITERPA.

Realização de Contrato de locação de impressoras multifuncionais inteligentes da Lexmark para grupos de trabalho, que permitem compartilhamento em rede, impressão, digitalização e cópia.

Também foram feitos investimentos em Recursos Humanos, o que possibilitou a contratação, por meio de Processo Seletivo, de profissionais da área de TI, nível médio e superior, sendo contratados dois técnicos de nível superior e três de nível médio.

Com vistas à segurança e preservação dos ativos de TI, verificou-se a necessidade de alocação de espaço, em ambiente seguro e com infraestrutura adequada, para instalação e hospedagem do Data Center NTI-ITERPA.

4.3.2. Implementação de Infraestrutura de redes na nova sede

O NTI atuou, ainda, na concepção de projetos técnicos e suas respectivas implementações de infraestrutura de redes para a nova sede, destacando-se a implementação de conectividade sem fio e cabeada, para atender as atividades laborais desenvolvidas pelo ITERPA.

4.3.3. Incentivo e Participação no Processo de Desenvolvimento no Sistema SICARF

Objetivando a modernização e implantação do sistema SICARF, o NTI foi participante do processo de contratação de empresa de desenvolvimento para a implementação do sistema SICARF, que irá otimizar o processo de cadastramento de dados para viabilizar o processo de regularização fundiária.

4.3.4. Suporte ao Usuário

Os investimentos em infraestrutura mencionados foram necessários para a ampliação dos serviços prestados e para permitir a implantação de novos sistemas, que contribuirão para o crescimento e fortalecimento das atividades de regularização fundiária.

Foram atendidos cerca de **3.570 chamados**, com uma média de 298 chamados por mês. Desse total, **3.428 foram atendidos**, conforme gráfico abaixo. Os chamados foram recebidos via sistema Help Desk, Telefone e E-mail.

O Gráfico abaixo exibe a média de chamados recebidos durante o ano de 2017.

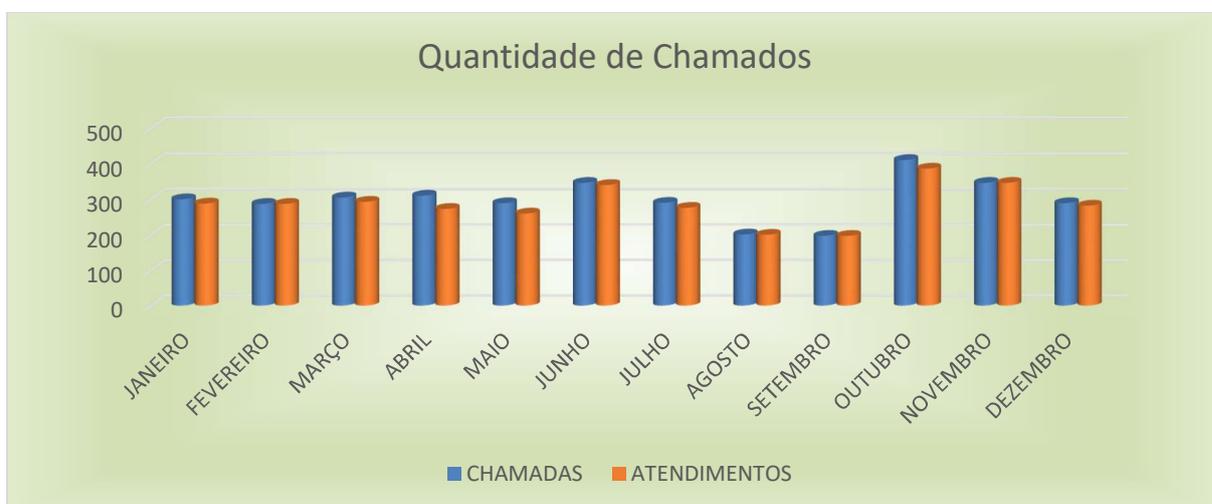


Gráfico 1 - Total de chamados/mês x total de atendimentos resolvidos.

Vale ressaltar que o aumento de chamados ocorridos no período de outubro a novembro, deve-se a alguns fatores, tais como: adaptação do usuário a nova versão do Sistema Operacional utilizado nos equipamentos do ITERPA, sendo substituídos a versão do Windows XP por Windows 7, nas máquinas que passaram por upgrade, e Windows 10, para os novos equipamentos. Além disto, também ocorreu a substituição do pacote Office da Microsoft pelo pacote WPS Office, um

pacote de programas para escritório que ajuda a melhorar a produtividade. Ele dispõe de funções para substituir programas do Microsoft Office e possui versão de instalação gratuita, com algumas limitações, mas que atende as necessidades dos usuários desta instituição. A opção por esse pacote deveu-se ao fato de sua versão gratuita ser bastante semelhante a interface do pacote Microsoft Office, o que facilita a utilização pelos usuários.

A mudança de Sistema Operacional foi necessária para permitir a instalação das novas impressoras multifuncionais, adquiridas por contrato de locação.

4.3.5. Padronização de configuração e aplicativos para os novos computadores desktop

Com a aquisição de 70 computadores desktop, modelo *HP EliteDesk705*, foi necessária a definição de uma configuração padrão para cada equipamento e instalação de todos os equipamentos. Esta boa prática permite unificar os programas e aplicativos necessários para o uso cotidiano dos usuários do ITERPA, bem como prevenir a instalação de softwares piratas ou inadequados ao uso desta instituição.

4.4. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social - ASCOM deu prosseguimento à sua importante missão de ser um canal para prestação de contas das atividades do órgão, por meio de estratégias de comunicação que assegurassem aos usuários dos serviços do Instituto, e ao público em geral, o acesso às informações referentes ao setor fundiário do Pará. Desta forma, a ASCOM deu ênfase ao fortalecimento do relacionamento com a imprensa, com produção de matérias para divulgação na mídia, assim como investiu em produção de conteúdo para site institucional e redes sociais (facebook e twitter), canais gerenciados pelo setor e que tiveram expressivo acesso ao longo do ano.

No contato direto com a imprensa, foi garantida a cobertura jornalística de eventos importantes realizados pelo órgão, como reuniões, inauguração da nova sede, entrega de títulos de terra, dentre outros, gerando ampla divulgação nos

veículos de comunicação da capital e do interior. Para a execução desse trabalho, foram elaborados releases, sugeridas pautas noticiáveis para a mídia, divulgados eventos e fornecidas orientações sobre como a direção e demais servidores deveriam se relacionar com a mídia.

A ASCOM também produziu várias notas para abastecer colunas jornalísticas. Referido material, além de assegurar a transparência das informações em relação às atividades do órgão, contribuiu para o fortalecimento da imagem institucional de forma positiva.

Jornal O Liberal

Risco de abastecimento de alimentos é elevado para nível máximo no Reino Unido. Página 8. **ECONOMIA**

Governo regulariza terras em Rondon

INVESTIMENTO
Com o documento, produtores rurais poderão ter acesso a diversos benefícios

Investimentos em políticas públicas sempre foram uma qualidade de vida à população e desenvolvimento econômico. Melhorando as condições de vida em áreas rurais, o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento, é fundamental para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico. O governo Simon Jatey, em 27 anos, assumiu a administração do Estado de Rondônia, com o compromisso de regularizar as terras e garantir o acesso a diversos benefícios para os produtores rurais.



Governador Simon Jatey entrega títulos de propriedade a produtores rurais.

"O que estamos fazendo aqui é reconhecendo o direito de famílias"

O governador Simon Jatey, em 27 anos, assumiu a administração do Estado de Rondônia, com o compromisso de regularizar as terras e garantir o acesso a diversos benefícios para os produtores rurais. O governador Simon Jatey, em 27 anos, assumiu a administração do Estado de Rondônia, com o compromisso de regularizar as terras e garantir o acesso a diversos benefícios para os produtores rurais.

4.5. OUVIDORIA AGRÁRIA

A Ouvidoria Agrária do ITERPA, funciona como um canal direto de comunicação não só com a clientela externa do ITERPA, mas também, com o corpo funcional vivenciando os entraves e as dificuldades da administração. Tem como princípio a aplicação do processo democrático participativo, procurando promover transparência das ações do Instituto, de acordo com as atribuições especificadas no

Iterpa ganha espaço maior e melhora atendimento

INAUGURAÇÃO
Simon Jatey também assinou decreto de criação de projetos de assentamento



Maria Soraia Gonçalves, com o governador Simon Jatey, durante a inauguração do novo espaço do ITERPA.

O governador Simon Jatey, em 27 anos, assumiu a administração do Estado de Rondônia, com o compromisso de regularizar as terras e garantir o acesso a diversos benefícios para os produtores rurais. O governador Simon Jatey, em 27 anos, assumiu a administração do Estado de Rondônia, com o compromisso de regularizar as terras e garantir o acesso a diversos benefícios para os produtores rurais.

O governador Simon Jatey, em 27 anos, assumiu a administração do Estado de Rondônia, com o compromisso de regularizar as terras e garantir o acesso a diversos benefícios para os produtores rurais. O governador Simon Jatey, em 27 anos, assumiu a administração do Estado de Rondônia, com o compromisso de regularizar as terras e garantir o acesso a diversos benefícios para os produtores rurais.

Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, que aprova o Regulamento Geral do Instituto de Terras do Pará - ITERPA

Dentre as diversas atividades desenvolvidas, podemos destacar:

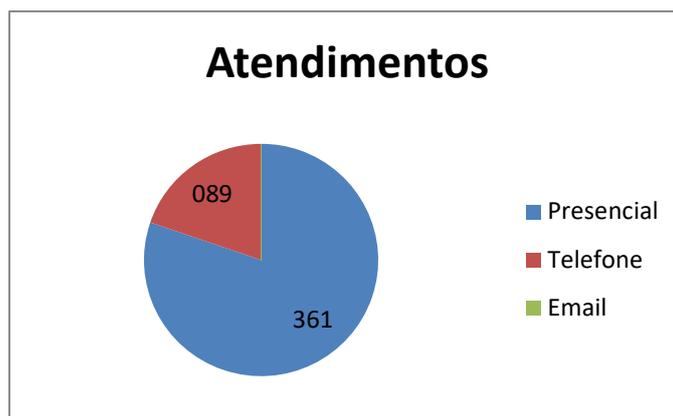
4.5.1. Atendimentos

A Ouvidoria Agrária prestou um total de **430 atendimentos** pessoais/individualizados e coletivos, envolveram pessoas de **86 municípios**: Abaetetuba, Abel Figueiredo, Acará, Almeirim, Altamira, Aurora do Pará, Bagre, Baião, Barcarena, Belém, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Bragança, Breu Branco, Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cametá, Capitão Poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Curuçá, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Irituia, Juruti, Magalhães Barata, Marabá, Maracanã, Marapanim, Marituba, Mocajuba, Moju, Muaná, Nova Ipixuna, Nova Timboteua, Oeiras do Pará, Paragominas, Peixe-Boi, Piçarra, Ponta de Pedras, Porto de Moz, Redenção, Rondon do Pará, Salinópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Tailândia, Terra Alta, Tomé-Açu, Tracuateua, Tucuruí, Ulianópolis, Vigia, Viseu, Vitória do Xingu e Xinguara.

Quadro 14: Atendimentos individualizados e coletivos

ATENDIMENTOS	QUANTIDADE	%
Presenciais	361	83,95
Por Telefone	89	16,05
Por e-mail	0	0
TOTAL	430	100

Fonte: Ouvidoria Agrária.



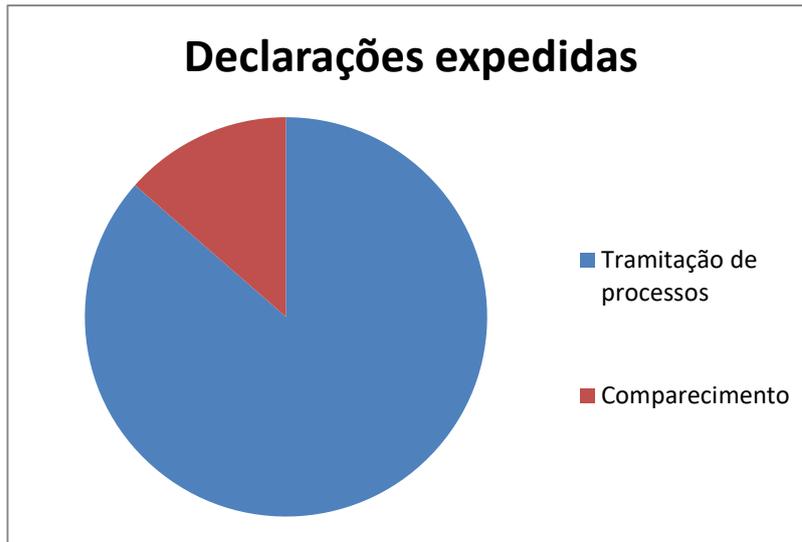
4.5.2. Expedição de Declarações sobre Tramitação de Processos

É competência exclusiva da Ouvidoria Agrária do ITERPA emitir e expedir declaração referente a processos de regularização fundiária em tramitação no Instituto (Portaria nº 0211, de 25 de abril de 2011, da Presidência). Foram entregues **377 declarações de tramitação processual**, para a consecução de diversos objetivos dos demandantes, tais como: embasar requerimentos de aposentadorias junto ao INSS; financiamentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); inscrição no programa habitacional do governo federal (Minha Casa, Minha Vida); financiamentos bancários; defesas de direitos nas Varas Agrárias, dentre outros. Foram **expedidas 51 declarações de comparecimento** destinadas a comprovar/ justificar junto às entidades e/ ou instituições a que pertencem ou representam a vinda dos interessados ao ITERPA para tratar de assuntos de interesse de suas comunidades.

Quadro 15: Declarações Expedidas

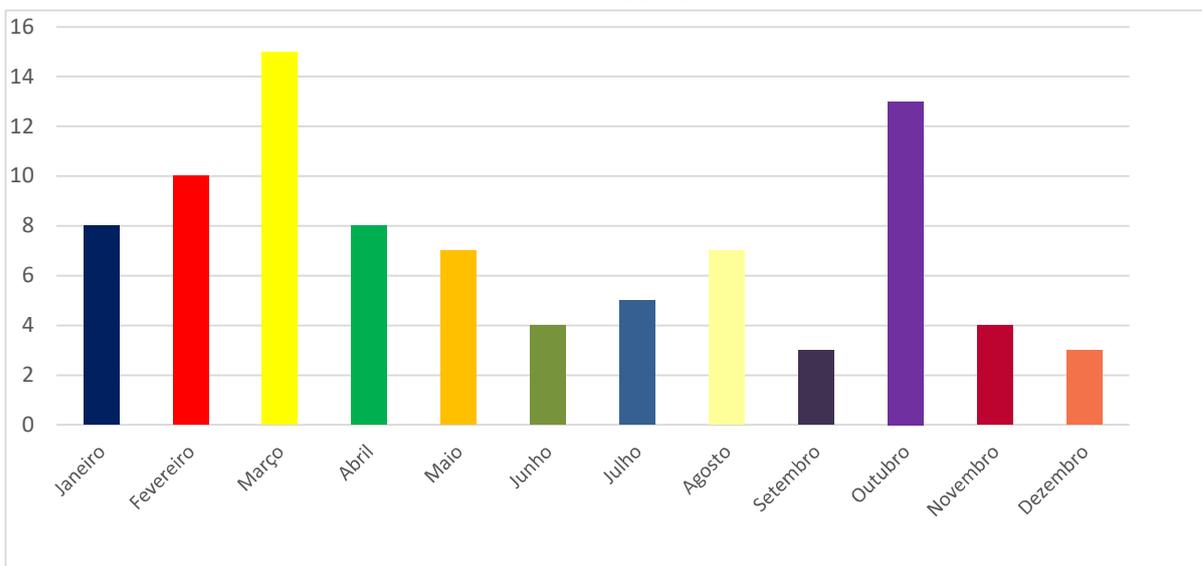
DECLARAÇÕES EXPEDIDAS	QUANTIDADE	%
Tramitação de processos	326	86,47
Comparecimento	51	13,53
TOTAL	377	100

Fonte: Ouvidoria Agrária.



Os municípios atendidos com a expedição dessas declarações compreenderam um total de **58**, e foram os seguintes: Abaetetuba, Acará, Almeirim, Ananindeua, Anapú, Barcarena, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Bragança, Bujaru, Cametá, Carajás, Capitão Poço, Castanhal, Colares, Curuçá, Dom Elizeu, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Igarapé-Açú, Igarapé-Miri, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Itupiranga, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Marabá, Marituba, Moju, Mocajuba, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Oeiras do Pará, Ourém, Parauapebas, Paragominas, Portel, Peixe Boi, Redenção, Rondon do Pará, Santarém Novo, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santo Antônio do Tauá, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São Miguel do Guamá, São João do Araguaia, São Miguel do Guamá, Tailândia, Terra Alta, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia de Nazaré.

4.5.3. Fluxo de Entrada e Saída de Processos.

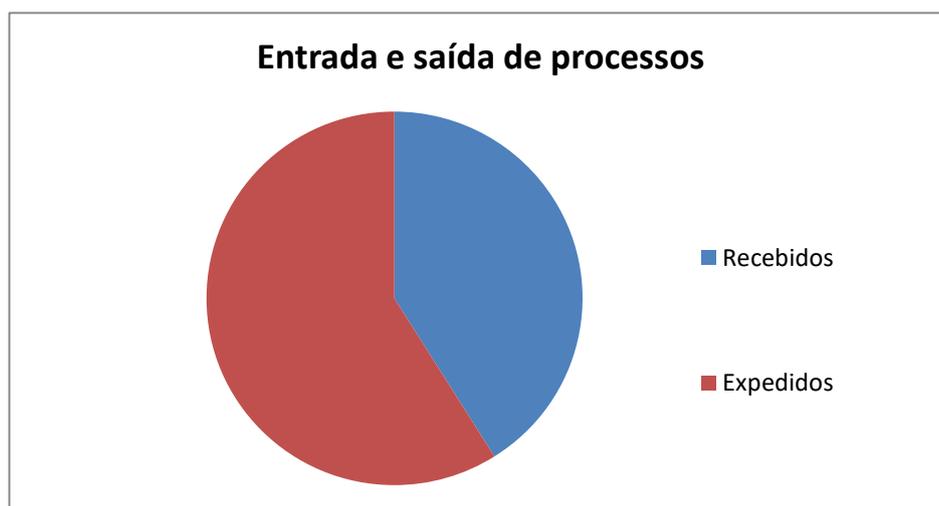


Foram **recebidos** na Ouvidoria **399 processos** e **expedidos com despachos 572 processos**, conforme Quadro 16:

Quadro 16: Entrada e saída de processos

PROCESSOS	QUANTIDADE	%
Recebidos	399	41,09
Expedidos	572	58,91
TOTAL	971	100

Fonte: Ouvidoria Agrária.



4.6. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Foram recebidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, **87 solicitações de informações** feitas utilizando o seguinte link:

<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>.

Quadro 17: Evolução Mensal das Solicitações de Acesso à Informação

MÊSES	SOLICITAÇÕES (Nº)
Janeiro	08
Fevereiro	10
Março	15
Abril	08
Maio	07
Junho	04
Julho	05
Agosto	07
Setembro	03
Outubro	13
Novembro	04
Dezembro	03
TOTAL	87

Fonte: SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

Quadro 18: Perfil do Solicitante

PERFIL DO SOLICITANTE	QUANTIDADE
Masculino	63
Feminino	23
Pessoa Jurídica	01
TOTAL	87

Fonte: SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. Quadro de Pessoal

A atual estrutura organizacional do ITERPA, contempla um quadro de pessoal com **192 cargos de provimento efetivo**, dos quais apenas **62 estão**

ocupados. Desses, **04** estão cedidos e **01** encontra-se de licença para acompanhar cônjuge. Quanto aos demais cargos, a vacância é em decorrência de pedido de demissão, nomeação tornada sem efeito ou pelo não atendimento à convocação após a realização do concurso público.

O ITERPA conta, ainda, em seu quadro funcional com **143** servidores que ocupam cargo/função em extinção, sendo **84** do vínculo estáveis e **59** com vínculo não-estáveis.

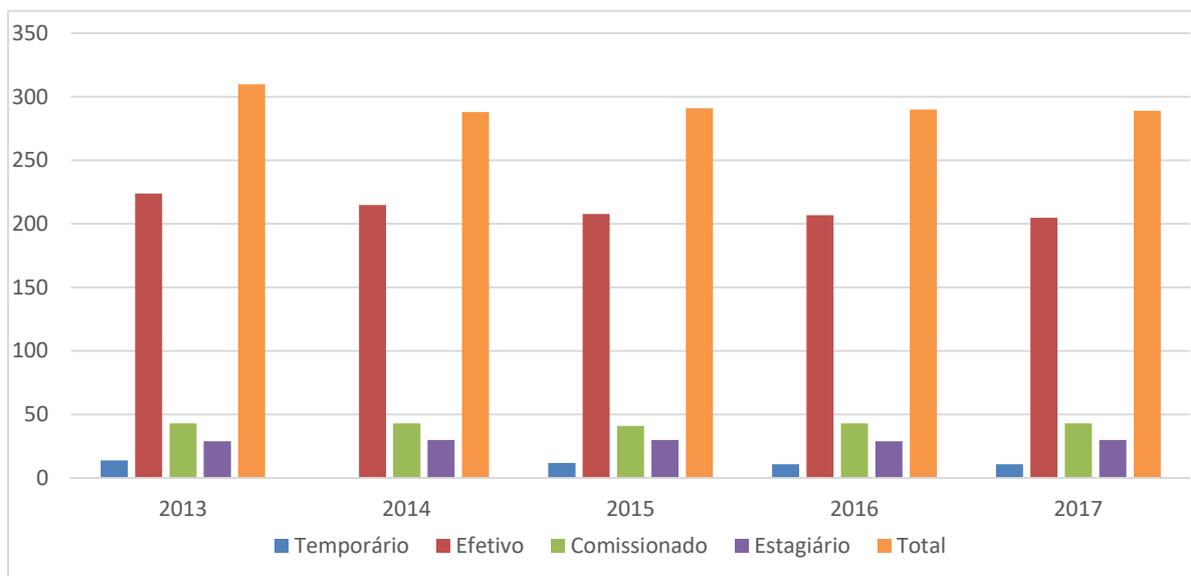
Há também o apoio de **11** servidores temporários, **15** servidores sem vínculo, **09** servidores cedidos de outros órgãos do Estado, **30** estagiários e **25** terceirizados sendo **06** no apoio administrativo lotados na Gerência de Atendimento e Controle - GAC, **13** na higiene e limpeza, **14** na vigilância e **02** copeiros.

O quadro de cargos comissionados é composto por **43** cargos estando todos ocupados.

No total, o órgão possui uma força de trabalho constituída de **205** servidores do órgão entre efetivo/estáveis/não-estáveis; **22** que ocupam cargos comissionados; servidores cedidos para o ITERPA **09**, sendo que **06** ocupam cargo em comissão; **15** servidores sem vínculo que ocupam cargo em comissão; **11** servidores temporários; **30** estagiários; e **45** terceirizados.

Dos **205** servidores do ITERPA, **52** estão em processo de aposentadoria sendo **39** afastados e **13** em exercício, aguardando aposentadoria.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DE 2012 / 2013 / 2014 /2015/2016



Quadro 19: Quantitativo Anual de Ingressos

DISCRIMINAÇÃO/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
Temporários	14	-	12	11	11
Efetivos	224	215	208	207	205
Comissionados	43	43	41	43	43
Estagiários	29	30	30	29	30
TOTAL	310	309	288	290	289

Fonte: DAF / GGP

5.2. Capacitação de Recursos Humanos

Durante o ano 2017, houve participação de servidores do ITERPA em cursos, seminários e oficinas de capacitação, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro 20: Capacitação de recursos humanos

CURSO	PERÍODO	LOCAL	NUMERO DE PARTICIPANTES
Sistema de Patrimônio do Estado do Pará - SISPAT WEB	22/05/2017 a 26/05/2017	EGPA	01
Sistema de Patrimônio do Estado do Pará - SISPAT WEB	22/05/2017 a 26/05/2017	EGPA	01
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	15/05/2017 a 19/05/2017	EGPA	01

CURSO	PERÍODO	LOCAL	NUMERO DE PARTICIPANTES
Contabilidade Aplicada ao Servidor Público	19/06/2017 a 23/06/2017	EGPA	01
Contabilidade Aplicada ao Servidor Público	19/06/2017 a 23/06/2017	EGPA	01
Contabilidade Aplicada ao Servidor Público	19/06/2017 a 23/06/2017	EGPA	01
TOTAL			06

Fonte: DAF / GGP

5.3. Estágio supervisionado

Foram ofertadas e preenchidas **30 vagas para estágio curricular** à estudantes de Ensino Médio e Ensino Superior do Estado do Pará, com duração de 01 ano.

ITERPA

INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



II PARTE

6. RECEITAS E DESPESAS

6.1. Custeio – Receita – Investimento

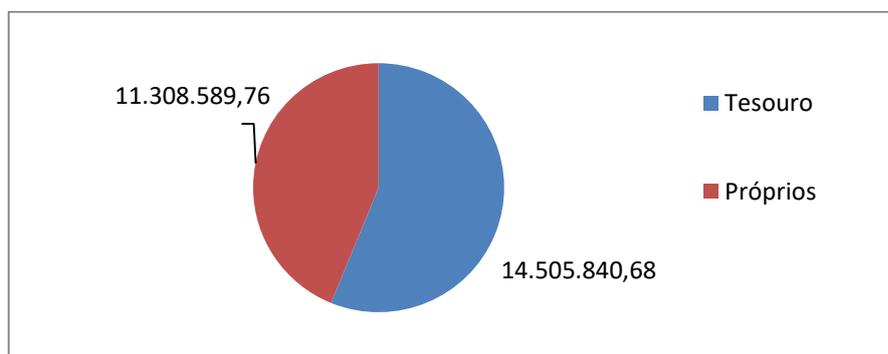
No exercício de 2017, o ITERPA desenvolveu ações com recursos das fontes Tesouro (0101) e Próprios (0261), os quais foram previstos e aprovados pelo OGE na seguinte ordem:

Quadro 21: Recursos Orçamentários.

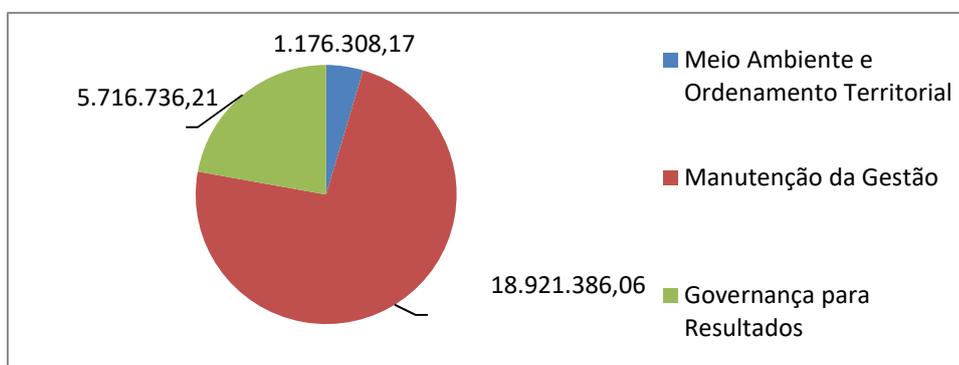
PROGRAMA	TESOURO*	PRÓPRIOS**
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	-	1.176.308,17
Manutenção da Gestão	14.505.840,68	4.415.545,38
Governança para Resultados		5.716.736,21
Total Geral	14.505.840,68	11.308.589,76

Fonte: DAF/ GPO- Gerência de Programação Orçamentária

RECURSOS APLICADOS DO TESOURO E PRÓPRIOS



RECURSOS APLICADOS POR PROGRAMA

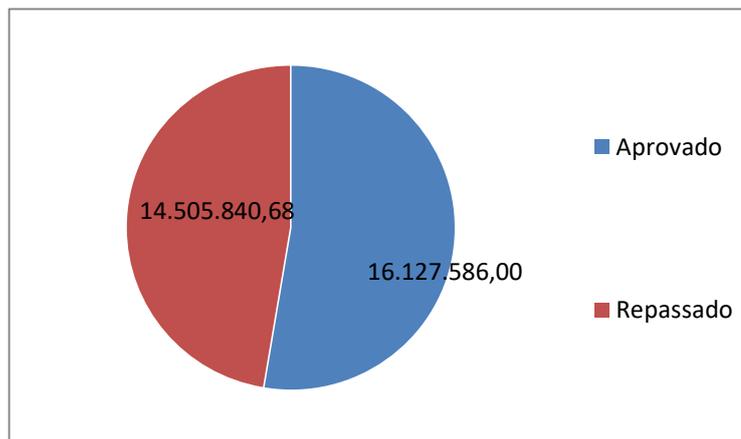


6.1.1. Recurso do Tesouro Estadual

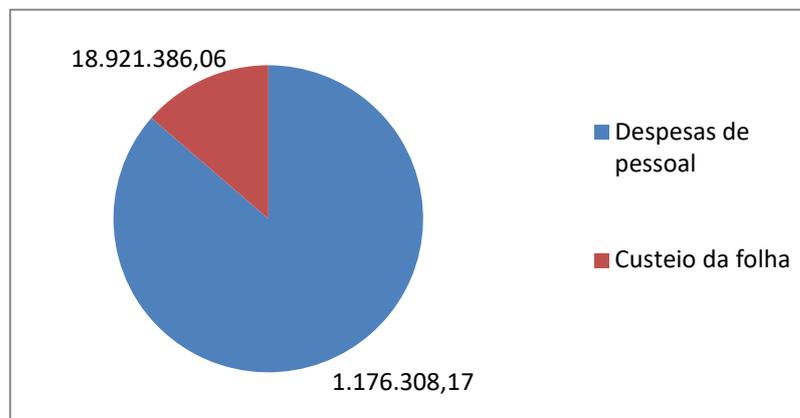
O orçamento aprovado para o exercício de 2017 foi de R\$16.127.586,00, sendo repassado R\$14.505.840,68, o equivalente a 89,94% do total aprovado, conforme distribuição abaixo;

- R\$12.530.999,74 para atender despesas com pessoal;
- R\$1.974.840,94, para o custeio da folha (auxílio alimentação, transporte, funeral, natalidade e outros benefícios);

ORÇAMENTO 2017



APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO TESOURO



6.1.2. Recursos Arrecadação Própria

A receita prevista e aprovada no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017 foi de R\$ 9.204.183,00, sendo que o total arrecadado no exercício foi o montante de R\$ 12.120.975,44, o equivalente a 131,00% da receita prevista e aplicado da seguinte forma:

A. Ações Finalísticas;

- Custeio (diárias, suprimento de fundos, contratos de manutenção de veículos) – R\$ 1.176.308,17

B. Ações Administrativas;

- Custeio (contratos de serviços) – R\$ 3.548.778,76
- Investimento – R\$ 694.623,29

C. Destaque Orçamentário e Financeiro à SEDOP;

- Construção Sede Augusto Montenegro – R\$ 5.577.106,35

Superávit do exercício/ 2017:

- Conta Aplicação – R\$ 17.527.552,00

APLICAÇÃO DA RECEITA

